



Comentário ao texto “As políticas sociais no pós-pandemia: há algo de novo no front?”

Comments on the text: Post-pandemic social policies: is there anything new on the front?

Patrícia Vieira TRÓPIA*

 <https://orcid.org/0000-0003-0500-4978>

Como será o pós-pandemia? A expectativa social ao final da pandemia do coronavírus é voltar ao normal. Mas isso será possível? Parte dos trabalhadores em *home office* voltarão aos locais ao trabalho ou o teletrabalho veio para ficar? O ensino será presencial ou híbrido – parte presencial, parte remoto? E a economia? E o sistema de saúde, como sairá desta peste?

Ao contrário do que poder-se-ia apressadamente supor, pensar as políticas sociais no pós-pandemia não significa antecipar ou prever o amanhã, mas identificar quais as possibilidades de superação das atuais tendências de redução de direitos trabalhistas e sociais, de desemprego e renda, de crescimento da desigualdade social e da miséria. O ensaio de autoria de Marques e Berwig (2021) intitulado *As políticas sociais no pós-pandemia: há algo de novo no front?* constitui uma instigante e realista reflexão sobre o horizonte econômico e social que se anuncia no pós-pandemia.

O desafio não é pequeno: somente pesquisas rigorosas, baseadas em dados e análises teoricamente abrangentes podem indicar tendências futuras, assumindo o desafio de identificar as determinações e contradições sociais, tarefa daqueles e daquelas que se dedicam não apenas a compreender o mundo, mas a encontrar as armas teóricas para transformá-lo.

O atual contexto é marcado pela sobreposição de crises sanitária, econômica e social. Em janeiro de 2021, a PNAD-C/IBGE registrou 14,2 milhões de desempregados, índice recorde na série história; 5,9 milhões de desalentados, ou seja de pessoas que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar alguma vaga; 32,3 milhões de

* Pedagoga. Pós-Doutora. Docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. (UFU, Uberlândia, Brasil). Campus Santa Mônica, Bloco 1H, Alameda das Aroeiras, n. 2121, Bairro Santa Mônica, Uberlândia (MG), CEP.: 38400-902. E-mail: tropia@uol.com.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

peças subutilizadas; 39,7% de taxa de informalidade; renda média de R\$ 2.521,00, 2,9% inferior que no trimestre anterior; em abril de 2021, o país contabiliza mais de 350 mil mortos pela COVID-19, registrando uma média móvel de cerca de 3.000 óbitos. Segundo levantamento do Ministério da Saúde, desde o início da pandemia até 12 de março, a média é de 3 óbitos por dia entre profissionais da saúde. O Conselho Federal de Medicina contabiliza 465 médicos mortos pela doença, a maioria no estado do Rio de Janeiro (67), seguido de São Paulo (63) e Pará (54) (SCHMITT, 2021). Segundo o *Observatório da Enfermagem*, do Conselho Federal de Enfermagem, desde o início da pandemia 768 profissionais de enfermagem perderam a vida por causa da COVID-19 (OBSERVATÓRIO DA ENFERMAGEM, 2021). Como estarão as políticas sociais no pós-pandemia?

Há uma singularidade neste texto relativamente às análises montantes sobre a pandemia. Marques e Berwig não tergiversam sobre as potencialidades do capitalismo. De partida, as autoras afirmam que o capitalismo não tem mais nada a oferecer à humanidade (ou àquela parte que vende sua força de trabalho), nem renda, nem emprego, nem perspectivas de uma vida digna futura.

O ensaio parte do pressuposto que a atual fase do modo de produção capitalista, sob dominância financeira e na sua forma fictícia, produz tendências incapazes de garantir políticas sociais, ainda que, paradoxalmente, neste exato momento, em plena pandemia de COVID-19, os sistemas de saúde públicos mundo afora sejam chamados a dar respostas para mitigar a contaminação e a doença. Políticas de proteção e renda estão sendo adotadas por governos e na agenda política de inúmeros países foi retomado o debate sobre renda básica de cidadania e o futuro do trabalho, face ao crescimento da desigualdade, do percentual de pessoas e famílias pobres e da miséria.

Como sabemos, segundo Marx, crises do capital são funcionais, inevitáveis e inerentes ao sistema, constituem um fenômeno dinâmico e para apreendê-las deve-se examinar o conjunto das determinações do movimento do capital. *Destruir para acumular* é a lógica do capital. Conjunturas de crises são, por sua vez, analiticamente profícuas pois condensam e podem evidenciar o predomínio de contradições.

Como Marques e Berwig examinam o pós-pandemia?

Mesmo supondo que a crise sanitária causada pelo Coronavírus possa ser controlada, segundo as autoras, restará um saldo catastrófico para as classes trabalhadoras: aumento da pobreza e da desigualdade e elevado nível de desemprego, desemprego que pode, à primeira vista, parecer um efeito circunstancial, mas que têm raízes nas crescentes tecnologias associadas à indústria 4.0, que, por sua vez, aproveitaram o momento de pandemia para acelerar a internet das coisas.

Governos mundo afora injetaram volumes de recursos para mitigar a crise econômica e social decorrentes da paralisação das atividades por conta do isolamento social. Mas se é certo que o intervencionismo estatal e governamental produz inflexões nas políticas de austeridade que vinham sendo adotadas, “[...] *não há nenhuma contradição entre certas ações realizadas pelos governos para diminuir o impacto da crise econômica*

decorrente da Covid-19’ (MARQUES et al., 2020) e o neoliberalismo” (MARQUES; BERWIG, 2021, p. 7). De quando em quando, anuncia-se sua morte, mas o neoliberalismo, que representa os interesses do capital a juros, continua vivo, e busca a adesão (ativa ou passiva) de amplos setores sociais.

A origem da atual fase de mundialização financeira e das desregulações de toda ordem deve ser entendida como uma reação ao esgotamento do modelo pós-guerra, ponderam Marques e Berwig. No campo da saúde, como de resto das políticas sociais, passou-se a questionar a capacidade do Estado prover os serviços de saúde de modo eficiente, diante do aumento de gastos atribuídos aos avanços tecnológicos, ao envelhecimento da população e à inexistência de instrumentos moderadores da demanda. Incapacidade, ineficiência e inoperância do Estado de bem-estar social constituem ideias força que fazem avançar a privatização e o postulado segundo a qual os próprios indivíduos devem prover seus gastos com seguros de saúde e previdência, “[...] deixando o Estado se ocupar somente daqueles sem capacidade de pagamento” (MARQUES; BERWIG, 2021, p. 8). Deste então, encontra-se em disputa por um lado o princípio da cidadania, o acesso à saúde como um direito do cidadão e um dever do Estado, e, por outro, a ideia de mérito: acessa mais e melhores serviços quem paga mais e por mais tempo por eles.

Mesmo os sistemas públicos de saúde mais consolidados no pós-guerra foram em maior ou menor grau abalados pelo neoliberalismo. Como afirmam Marques e Berwig (2021),

O resultado concreto observado em cada país é fruto de um conjunto de fatores e de forças em luta. De um lado, a existência de uma tendência geral no sentido de tornar pequena a participação do Estado na organização e manutenção das políticas sociais, entre elas a saúde. De outro, sistemas públicos que resistem a essas investidas e que chegam a criar novas ações (MARQUES; BERWIG, 2021, p. 8).

Para entendermos a maior ou menor adesão ou resistência de governos e das classes às políticas neoliberais é fundamental tomarmos o processo de difusão da ideologia neoliberal em cada contexto histórico. Neste sentido, retomo aqui, de forma sucinta, formulações elaboradas em trabalhos anteriores sobre a seguinte questão: no Brasil como a ideologia neoliberal se torna dominante? Como ela se propaga socialmente? Mais precisamente como uma ideologia impopular se difunde e interpela amplos setores sociais, tornando-se, em determinadas condições, uma visão de mundo dominante? Nos limites deste comentário, vale ao menos indicar que o marxismo contém referências para se compreender o complexo processo de dominação ideológica que aqui reexaminamos (TROPIA, 2009).

A primeira onda de políticas neoliberais emerge no Brasil nos anos de 1990, após uma conjuntura de ascensão democrática e promulgação da Constituição de 1988, que constitucionaliza alguns direitos e que cria o Sistema Único de Saúde. Uma leitura atenta mostra que as disputas ideológicas em torno do neoliberalismo já se conflagram no período Constituinte.

A rigor, a conjuntura em que a ideologia neoliberal começa a se difundir no Brasil é marcada pela crise do Estado desenvolvimentista (TROPIA, 2009). O cenário dos anos 1970, com abundância de crédito para o setor privado, taxas de crescimento constantes e retomada da industrialização, reverteu-se no final da década. A partir daí se configurou – impulsionada pela elevação das taxas de juros internacionais, pela recessão da economia mundial, deterioração das finanças públicas e interrupção do financiamento externo – uma severa crise do balanço de pagamentos, o que levou os governos da década de 80 ao controle das importações, justamente na contramão das ideias neoliberais ditadas pelas agências internacionais. Com o crédito externo dificultado e sem reservas nacionais para fazer frente à recessão, houve menor capacidade estatal para retomar a política desenvolvimentista. Os resultados deste processo foram o recuo das taxas de crescimento e a disparada da inflação. Como último recurso para retomar a política desenvolvimentista, os governos instituíram planos heterodoxos de estabilização que, fracassados, fomentaram, além do retorno da inflação, resistências ainda maiores ao modelo intervencionista.

Os sucessivos fracassos dos planos de estabilização contribuíram para que crescesse na mídia, entre os políticos e, em certa medida, entre os trabalhadores uma crítica, mais ou menos difusa, à incompetência econômica e à incapacidade administrativa não apenas dos governos, mas do próprio Estado.

A difusão do pensamento econômico liberal não se restringe à conjuntura de crise do Estado desenvolvimentista. É, contudo, na conjuntura que antecede as eleições para o Congresso Constituinte que se disseminam os preceitos neoliberais entre as frações da burguesia brasileira que se articulam em torno da Câmara de Estudos e Debates Sócio-Econômicos (CEDES): além das associações patronais oficiais como a FIESP¹, o Instituto Liberal (IL), a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), A União Brasileira de Empresários (UB) e a União Democrática Ruralista (UDR) (DREIFUSS, 1989).

A principal estratégia deste grupo era fazer propaganda neoliberal e eleger o maior número possível de representantes para o Congresso nacional, nas eleições de 1986. Se os representantes da burguesia procuraram criar algumas instituições no calor da hora, um legítimo *think tank* neoliberal já vinha assumindo, desde o início da década de 80, o papel de difusor do neoliberalismo.

O *Instituto Liberal* tinha, entretanto, um objetivo mais ambicioso do que atrair o empresariado brasileiro; pretendia disseminar a doutrina liberal, em especial os preceitos da Escola Austríaca de Economia, entre os formadores de opinião – jornalistas, universitários, políticos, militares, juristas e intelectuais em geral –, bem como formular estudos e propostas de políticas públicas de cunho neoliberal². Criado

¹ A revitalização das entidades corporativas patronais foi outra estratégia da burguesia brasileira para disseminar e propor reformas inspiradas no ideário neoliberal. A FIESP, por exemplo, ao longo da década de 80, passa a propor uma série de reformas de caráter neoliberal (GALVÃO, 2007). Tais reformas centram-se principalmente nos aspectos tributário, fiscal e previdenciário, articuladas a medidas como a privatização e a abertura comercial.

² Segundo Gros (2002), as estratégias de ação do IL estavam direcionadas à publicação de obras clássicas e de vulgarização do pensamento neoliberal, à organização de seminários no meio

em 1983, com sede no Rio de Janeiro, o *Instituto Liberal* conheceu seu maior desenvolvimento durante a Constituinte quando se transformou em uma rede de institutos espalhados por vários estados brasileiros. Em junho de 1987, apoiou o *Manifesto pela liberdade Empresarial*, bem como a campanha do empresariado gaúcho pela conquista de assinaturas para a formalização de uma proposta de emenda popular contra a aprovação da estabilidade, da redução da jornada de trabalho e do direito irrestrito de greve no texto da nova Constituição. Neste período, o *Instituto Liberal* atuou junto ao bloco parlamentar do Centrão, com o objetivo de garantir a formulação de uma Constituição alicerçada em alguns princípios: supremacia do indivíduo sobre a sociedade; que os indivíduos devem ter ampla liberdade econômica para perseguir a satisfação de seus desejos e necessidades individuais através de um mercado livre; e o Estado deve desempenhar um papel meramente garantidor da ordem e da justiça.

Entre as propostas feitas pelo *Instituto Liberal* destacava-se a de flexibilização da legislação trabalhista. As partes contratantes devem negociar as condições de trabalho sem interferências, especialmente do Estado. Quando isso não ocorre, os próprios cidadãos acabam arcando com as perversas consequências da excessiva intervenção, isto é, com o desemprego e com o pagamento de serviços que não usufruem. Com estes princípios em pauta, os estudos publicados pelo *Instituto Liberal* enfatizavam a necessidade de liberar os trabalhadores dos entraves trabalhistas que dificultavam o livre jogo do mercado, provocavam desemprego e aumento da informalidade. Ademais, forja-se um mantra em torno da modernização das relações trabalhistas, pois a legislação brasileira seria anacrônica e ultrapassada.

É também na conjuntura de crise do modelo desenvolvimentista, e particularmente no contexto da Constituinte, que emerge uma onda de estigmatização do funcionalismo público, onda que ganha novos contornos durante a campanha de Fernando Collor, desta feita para tornar o estado mínimo uma ideia força e cimentar a política de retirada de direitos trabalhistas.

Os objetivos precípuos neoliberais não foram plenamente alcançados com os governos dos anos de 1990, a despeito das políticas de privatização, desregulamentação trabalhista e abertura econômica. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores, a pauta patronal pela ampliação irrestrita da terceirização acabou não tendo sucesso, por exemplo, e é com o golpe de 2016, durante o governo Temer, que ocorre a principal investida contra os direitos trabalhistas, definindo o negociado sobre o legislado, permitindo a negociação individual, a fragilização dos sistemas públicos de emprego e de proteção dos trabalhadores, além da responsabilização individual pelo desemprego e enfraquecimento dos sindicatos.

Afinada com a agenda de ajuste fiscal, a Reforma Trabalhista de 2017 representou, segundo Bridi (2020), um dos maiores retrocessos do sistema de proteção do trabalho cujos efeitos foram imediatamente captados por Krein e Oliveira (2019): aumento do

universitário e entre juristas, à reformulação de cursos de graduação em economia, e, por fim, à inserção da doutrina entre lideranças dos movimentos comunitários. Neste particular, cabe destacar uma investida do IL no meio sindical através da realização de cursos de formação de lideranças promovidos em convênio com o Instituto Cultural do Trabalho.

desemprego, da informalidade e ilegalidade, bem como do contingente de trabalhadores por conta própria. As novas modalidades contratuais criaram a figura do intermitente, ampliaram a terceirização, que se tornou ampla e irrestrita, e instituíram o trabalhador autônomo exclusivo. Ademais, no governo Temer foi aprovada a Emenda 95, do Teto dos Gastos, impondo limites por um período de 20 anos aos gastos públicos, “[...] com efeitos sobre a geração de emprego e renda, com a paralisação das obras públicas e de programas que favoreciam a criação de empregos e sua formalização” (BRIDI, 2020, p. 145).

As contrarreformas trabalhista e previdenciária sofreram resistência, mas não é possível desconsiderar que na conjuntura brasileira recente aspectos da ideologia neoliberal predominam na imprensa e se espalharam ainda mais entre os próprios trabalhadores, parte dos quais aderiram ao empreendedorismo, ao mito do trabalhador autônomo e à tese da supremacia do mercado.

Desde 2018, os trabalhadores se defrontaram com um novo governo que instituiu contrarreformas trabalhistas a conta gotas, ampliando o discurso da austeridade, da necessidade de adequar as reformas aos interesses do mercado, da atração de investimentos, cujas consequências são o rebaixamento dos direitos, o apagamento das conquistas trabalhistas e o enfraquecimento do sistema protetivo do trabalho. Simbólico neste sentido foi a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Esta digressão sobre a propagação da ideologia neoliberal no Brasil, com efeito, revela outro mérito do ensaio de Marques e Berwig. Ele nos ajuda a compreender a materialidade da ideologia neoliberal e a apropriação perversa das desigualdades produzidas pela mundialização financeira.

Segundo as autoras, as contrarreformas, além de retirar direitos, dão como fato consumado a incapacidade de o capitalismo prover políticas sociais universais, adequadas ou suficientes.

Não é mero acaso, advertem Marques e Berwig, que o debate em torno da implantação de uma renda mínima ressurgiu na pandemia. Para garantir a sobrevivência de suas populações, as respostas governamentais repõem minimamente o papel protetivo e social do Estado na agenda política e resgatam a proposta de renda mínima universal, “[...] *dada as estimativas de que o mundo pós-pandemia da Covid-19 será mais desigual e conviverá com um contingente muito maior de pessoas em situação de pobreza extrema*” (MARQUES; BERWIG, 2021, p. 11).

A polêmica em torno da renda mínima é balizada por argumentos favoráveis e contrários – programas de transferência de renda seriam inviáveis financeiramente, gerariam desequilíbrio nas contas públicas e incentivariam a indolência para o trabalho e a preguiça.

Como garantir acesso a sistemas protetivos se “[...] *a maioria dos trabalhadores só tem acesso a uma série de benefícios/direitos (aposentadoria, seguro-desemprego, atenção à saúde) se vinculada ao mercado formal de trabalho*” (MARQUES; BERWIG, 2021, p. 12)?

Como ficam os trabalhadores não inseridos nesse mercado, ou inseridos de forma precária? Aos cidadãos de segunda classe - hoje também chamados uberizados, trabalhadores informais, sem benefícios, cujo contingente tende a crescer ainda mais com a desregulamentação trabalhista, a reestruturação produtiva (automação, indústria 4.0) - restam os programas focalizados.

Ao projetar as tendências da mundialização financeira - maior desigualdade, concentração de bilionários e ampliação da população em situação de pobreza absoluta - Marques e Berwig (2021) afirmam que no mundo pós-pandemia não há lugar para as políticas sociais.

O nível tecnológico alcançado nas últimas décadas é capaz de produzir tudo que seria necessário para atender às necessidades da população mundial, mas subordinada ao capital a lógica é invertida: impõe-se alto nível de capacidade ociosa, limitação do tempo útil das mercadorias e a destruição de produtos para forçar a elevação dos preços. É igualmente possível reduzir a jornada de trabalho para suprir as necessidades humanas. Mas é disfuncional manter o pleno emprego e os sistemas públicos e universais de aposentadoria.

O capitalismo contemporâneo “[...] se apresenta como uma imensa fábrica de produção de excluídos” (MARQUES; BERWIG, 2021, p. 15). É chegada a hora de propor uma outra forma de organização social pois, concordando com as autoras, o capitalismo não tem mais nada a oferecer, nem mesmo renda e emprego.

Referências

BRIDI, M. A. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 141-165, 2020.

DREIFUSS, R. A. **O jogo da direita**: Nova República. Petrópolis: Vozes, 1989.

GALVÃO, A. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

GROS, D. B. "**Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**". Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) -Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

KREIN, D.; OLIVEIRA, R. V. Para além dos discursos: impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação. *In*: KREIN, Dari et al. (Orgs.) **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

MARQUES, R.; BERWIG, S. E. As políticas sociais no pós-pandemia: há algo de novo no front? **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 1, p. 6-18, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/35362>.

OBSERVATÓRIO DA ENFERMAGEM. Profissionais infectados com Covid-19 informado pelo serviço de saúde. Brasília (DF), 2021. Disponível em: <http://observatoriodaenfermagem.cofen.gov.br/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

TROPIA, P. V. **Força Sindical**: política e ideologia no sindicalismo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHMITT, Gustavo. Quase mil profissionais de saúde morreram por Covid-19 no Brasil. **O Globo**, São Paulo, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/quase-mil-profissionais-de-saude-morreram-por-covid-19-no-brasil-24853318>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Patrícia Vieira TRÓPIA

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (1988). Mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2004). Pós-doutorado em 2013-2014 na Université Lumière Lyon II, na França. É docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, desde 2009. Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade. Foi docente da PUC-Campinas no período de 1991-2008. Realiza pesquisas sobre sindicalismo no Brasil, mobilização sindical, sindicalismo de classe média.
